



Centro de Integridade Pública

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Edição N°4 2020 - Março - Distribuição gratuita

FINANÇAS PÚBLICAS

Governo deve publicar plano de contingência para fazer face ao COVID-19

O Governo, através do Ministro de Economia e Finanças, anunciou no dia 23 de Março de 2020, que o país necessita de cerca de USD 703 milhões para fazer face a pandemia do COVID-19, actualmente com três casos confirmados positivos.

As medidas apresentadas pelo MEF orçadas em cerca de USD 703 milhões são as seguintes:

- USD 50 milhões: que incluem USD 28,4 milhões que tinham sido solicitados no dia 20 de Março de 2020 pelo MISAU para infra-estruturas, cuidados intensivos em pré-fabricado, equipamentos de cuidados intensivos, aumento de números de camas para cuidados intensivos e ambulância especializada. A este valor solicitado pelo MISAU, o MEF no encontro de 23 de Março de 2020 com parceiros, solicitou um reforço de USD 22 milhões o que perfaz USD 50 milhões de dólares;
- USD 553 milhões para antecipação do programa de construção de 79 hospitais distritais;
- USD 50 milhões para antecipar a queda das receitas fiscais resultante de revisão em baixa do PIB;
- USD 50 milhões para transferências fiscais para mitigação dos impactos do COVID-19 nas famílias e micro negócios

Os USD 703 milhões solicitados pelo MEF aos parceiros, superam em larga medida os USD 28,4 milhões solicitados pelo MISAU apresentados 3 dias antes. Como se pode constatar na carta abaixo:

“Plano de preparação e resposta ao surto do COVID-19” do Ministério da Saúde (MISAU):

Datado de 17 de Março de 2020, este plano apresenta uma explicação sobre a situação e risco de surto do COVID-19 em Moçambique entre outros aspectos, incluindo acções para diferentes cenários nomeadamente:

Cenário 1: 0 casos; Cenário 2: 1 a 20 casos; Cenário 3: 21 a 100 casos; Cenário 4a: 101 a 500 casos; Cenário 4b: 501 a 1000 casos; Cenário 4c: mais de 1000 casos.

No mesmo plano, consta que o orçamento está estimado em cerca de USD 2,2 milhões (Vide página 22 do plano em anexo). Entretanto, no capítulo relativo ao orçamento, só há detalhe referente a vigilância estimado em cerca de USD 1,8 milhões sem informação sobre o remanescente.

Chamou atenção neste plano de vigilância o montante previsto, que em nenhum momento incluiu acções concretas a serem implementadas no sector informal, que mostra maior resistência a quarentena, como por exemplo pulverização diária nos mercados e quicá no país todo, como aconteceu na vizinha África do Sul. E através da proposta do MEF, não é possível captar esta dimensão, quer em termos de ser uma acção a realizar, como também em termos orçamentais.

O CIP, está consciente de que se esta pandemia atingir Moçambique, nas proporções em que atingiu países como China, Itália e Espanha, o Governo moçambicano com os recursos financeiros próprios, não conseguirá lidar com a pandemia. Mas também, os Governos de Moçambique anterior e mesmo o actual, têm um histórico de má gestão de fundos e oportunismo que resvala em corrupção sempre que existem situações de calamidades naturais.

E a não existência até o momento - se existe pelo menos não é de conhecimento público - de um plano de contingência com as linhas mestras das medidas que serão tomadas e do orçamento previsto de forma detalhada, aumenta as suspeitas sobre as intenções do Governo. Principalmente, quando o interesse é que esse dinheiro entre nos

cofres do Estado por via do Apoio Directo ao Orçamento.

Após o anuncio do MEF, o CIP gostaria de ver respondida as seguintes questões:

- Havendo o desembolso solicitado, para além de 79 hospitais distritais, o país terá outros hospitais pré-fabricados, previstos na proposta do MISAU do dia 20 de Março de 2020? Onde? Serão hospitais de que tipo? Qual é o prazo previsto para entrarem em funcionamento? Existe pessoal para alocar à estas unidades hospitalares? Está garantido o orçamento de funcionamento?

- O que significa “reforço”? Aumento de infra-estruturas pré-fabricadas ou de equipamentos de protecção individual? Que acções carecem de reforço? Quanto de reforço prevê-se que seja necessário?

- Quais são os pressupostos por detrás do reforço de USD 50 milhões para antecipar a queda das receitas fiscais? Significa que o efeito multiplicador deste reforço irá amortizar a queda do PIB dos 4% antes previstos para um nível acima dos 2% actualmente previstos? É preciso explicar detalhadamente;

- As transferências fiscais serão baseadas no número de casos por província? Nível de risco? Quais são os sectores (micro negócios) que serão beneficiados, qual será o critério?

Estas questões revelam falhas na comunicação do Governo, gerando uma onda de desinformação pela falta de transparência relativamente ao orçamento real e imediato necessário para fazer face ao COVID-19.

Assim sendo, o CIP exige que o Governo de Moçambique publique um plano mais detalhado de resposta ao surto, indicando onde e como vai gastar o valor solicitado, com a respectiva comparticipação dos recursos do Estado e quanto espera receber dos parceiros.

Vide em anexo o documento referido:

<https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/03/Plano-de-preparacao-e-resposta-do-COVID19->



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortês

Equipa técnica: Aldemiro Bande, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Ben Hur Cavelane, Celeste Banze, Egas Jossai, Inocência Mapisse, Leila Constantino, Rui Mate, Stélio Bila

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique